

A hegemonia do latifúndio na região Norte de Mato Grosso

Silvânio Paulo de Barcelos¹

Confissão do Latifúndio

“Por onde passei, plantei a cerca farpada, plantei a queimada.
Por onde passei, plantei a morte matada.
Por onde passei, matei a tribo calada, a roça suada, a terra esperada...
Por onde passei, tendo tudo em lei, eu plantei o nada.
(Dom Pedro Casaldáliga)

Em consequência aos interesses do agronegócio em Mato Grosso, verifica-se a instabilidade no modo de vida, e reprodução orgânica, dos pequenos produtores rurais daquela região, cujas economias baseadas na produção familiar entraram em declínio provocando uma intensa onda migratória em direção aos grandes centros urbanos. Esse fluxo migratório foi consequência, em parte, dos processos de ocupação de terras nas regiões Centro e Norte do país, no pós-1964. A instalação de grandes empresas rurais nessa região mudou significativamente as relações de trabalho e também as formas de exploração da terra, numa crescente demanda por grandes áreas cultiváveis, utilizando-se de avançada tecnologia de exploração e cultivo das monoculturas da soja e, também, da cana. A lógica do capital que se impõe às estruturas das economias de subsistência do pequeno agricultor familiar desconsidera o fator humano, o que faz com que mudem de seus lugares de origem agravando, ainda mais, a delicada situação social e econômica nas periferias de boa parte das cidades daquele Estado.

¹ Doutorando: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso. Orientador: Prof. Dr. João Carlos Barrozo. Bolsista CAPES/FAPEMAT

De acordo com o professor Dr. Eduardo Paulon Girardi², nos últimos cinquenta anos houve um considerável aumento da população urbana no Brasil, alcançando o índice percentual de 633,4%. De acordo com dados levantados do Censo Demográfico do IBGE, em 1950 a população concentrada nas cidades brasileiras era de 18.782.891 de habitantes, sendo que no ano 2000 passou para 137.755.550 habitantes. Conforme conclusões de Girardi, o aumento da densidade populacional nas regiões urbanas no Brasil deveu-se, principalmente, ao “intenso êxodo rural e o grande crescimento vegetativo da população”³. Trataremos, nesse artigo, da sensível questão do êxodo rural e suas implicações para considerável parte da população mato-grossense que se viu obrigada a migrar para as cidades. Esse fluxo migratório foi consequência, em parte, dos processos violentos de ocupação, e expropriação, de terras no contexto da expansão capitalista rural verificada a partir das políticas governamentais de ocupação das regiões Centro e Norte do país, no pós-1964. Como explica Girardi, os processos descontrolados de migração das zonas rurais para as cidades provocaram uma série de problemas urbanos, tais como a expansão das favelas e a desqualificação dos serviços públicos nas áreas de saúde, educação e segurança. Segundo nossas observações, uma das principais causas da desestruturação do modo de produção familiar no campo foi a expansão das grandes empresas capitalistas, principalmente aquelas representadas pelos projetos de colonização assentados nas referidas regiões e que, atualmente, implementam no campo uma avançada tecnologia de exploração e cultivo das monoculturas da soja e, também, da cana, entre outras de menor expressão, tendo como base o modo de produção industrial/capitalista. Visando uma melhor compreensão da temática proposta analisaremos, em primeiro plano, a questão da posse de terra no Brasil no contexto da História Agrária.

O instituto das sesmarias em Portugal foi criado buscando-se soluções à crise de abastecimento, pois as terras, naquela região, profundamente marcadas pelo sistema feudal, “eram na maioria apropriadas e tinham senhorios, que em muitos casos não as cultivavam, nem arrendavam. O objetivo básico da legislação era acabar com a ociosidade das terras, obrigando ao cultivo sob pena de perda de domínio” (Silva, 1996).

² O Professor Doutor Eduardo Paulon Girardi desenvolve pesquisas junto ao Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, da UNESP e Grupo de Pesquisa em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal, da UFMT. No âmbito de suas investigações acadêmicas, trata das questões relacionadas à desenvolvimento territorial, geografia agrária, impactos sócio-ambientais do agro-negócio e movimentos camponeses (espacialização, territorialização e mundialização)

³ Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/caracteristicas_socioeconomicas_b.htm acesso em 04/Outubro/2012. Acesso em 04/Outubro/2012.

No Brasil o objetivo da importação do modelo sesmarial português centrou-se em torno da questão de fixação dos colonos nas terras realengas para defesa e ocupação do território, garantindo-lhes não a propriedade, mas o usufruto segundo suas especificidades a partir do direito romano, prerrogativa esta que lhes delegavam poderes para usar e fruir do bem em questão. Observa o senso comum na historiografia brasileira que o instituto do Sesmarialismo no Brasil lançou as bases de implantação do sistema de latifúndio que perdura até aos dias atuais. De acordo com Lúcia Osório da Silva, “tratava-se de garantir a sua posse e defende-la da cobiça dos estados rivais, cujas burguesias mercantis buscavam incessantemente novas oportunidades de acumulação” (1996).

Com a ascensão econômica e política das elites cafeicultoras do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná e a crescente onda de conflitos entre sesmeiros e posseiros, tornou-se necessário repensar o sistema de sesmarias no Brasil. Lúcia Osório da Silva observa que “existia, sem dúvida, uma contradição entre sesmeiros e os posseiros quando a questão era a doação de sesmarias em áreas ocupadas. Foi esse aspecto que forçou a tomada de posição das autoridades para dirimir o conflito” (1996). Em consequência da impossibilidade de manutenção do sistema sesmarial, finalmente o regime de sesmarias no Brasil chega ao fim de acordo com a resolução que determinou a suspensão de todas as sesmarias futuras, levada a efeito em 17 de Julho de 1822.

A posse constituiu um novo sistema jurídico que garantia, pelo uso da força e sob a zelosa proteção da Guarda Nacional, o acesso à terra, no período histórico compreendido entre fevereiro de 1822 à setembro de 1850. A Lei de Terras de 1850 beneficiou uma seleta elite da aristocracia rural brasileira, garantindo-lhes plenos direitos de uso, fruição, disposição e abuso de suas propriedades. Implementada durante o conturbado período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, através da importação de mão de obra assalariada dos imigrantes europeus, a referida lei expressava a preocupação dos grandes proprietários de fazendas no que se refere ao acesso à terra. Desta forma, os latifundiários no Brasil incentivaram a implantação de uma legislação que impedisse, ou pelo menos dificultasse, o acesso imediato dos imigrantes à posse das referidas terras. Com a implantação da Constituição Federal de 1891, primeira mudança na estrutura jurídica do Brasil Republicano, as terras devolutas passaram para a administração dos estados

aumentando o poder regional e lançando as bases da nova estrutura política que passaria a ser reconhecida como “coronelismo” a partir da década de 1930. O Estado assumiu o controle das questões fundiárias modificando a estrutura jurídica dos “registros de vigário”⁴, para um novo sistema implantado em função da criação dos Cartório de Registro de Terras.

No Brasil, de meados da década de 1930 a finais da década de 1940, eclodem os movimentos sociais no campo, de cunho messiânico/religioso, reivindicando uma efetiva reforma agrária que possibilitasse equalizar, ou pelo menos minimizar, as demandas por terras cultiváveis para subsistência por parte de um contingente expressivo de lavradores “despossuídos” no setor rural. Após 1950 esses movimentos notabilizaram-se pelos seus aspectos políticos através da atuação das Ligas Camponesas, desestabilizando as relações entre fazendeiros e trabalhadores rurais. Alguns setores mais exaltados da sociedade rural sonhavam com a utopia de uma suposta reforma agrária do tipo socialista, preconizando, em teoria, o fim da propriedade privada.

Trombas e Formoso constituiu-se na materialização desse impulso revolucionário conforme salienta Paulo Ribeiro da Cunha (1994). Segundo esse autor, o modelo de desenvolvimento originado a partir dos anos 1950 possibilitou o processo de expansão do grande capital levando consigo os estigmas de um grande paradoxo. No campo, à época, estava claro o cenário de contradições, e misérias, segundo as condições do mundo do trabalho que se dispunha ao homem rural em contrapartida à vitalidade, sempre ascendente, da concentração fundiária nas mãos de uma seleta elite agrária no Brasil. Para Cunha, o “Manifesto de Agosto de 1950” constituiu-se em marco inicial de uma nova perspectiva revolucionária no Brasil, sob o entusiasmo e a influência da vitoriosa revolução chinesa e a concepção teórica do “campo cercando as cidades”. Para ele, foi exatamente no ímpeto e na predisposição à luta que o Estado de Goiás propiciou, “de certa forma, as condições para que este processo fosse desencadeado, sendo um tradicional palco de conflitos rurais extremamente significativos até hoje”⁵, como os casos de Ipameri, Itauçu, Porangatu, Trombas e Formoso, entre outros.

⁴ Escrituração jurídica empreendida por membros da Igreja Católica para legalização da propriedade de áreas rurais à sesmeiros e posseiros, que recebiam pelo serviço fatias de terras.

⁵ Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael_publicacoes/cad-7/Artigo-3-p83.pdf acesso em 04/Outubro/2012.

O Estatuto da Terra aprovado no mesmo ano do Golpe Militar de 1964, ao arrepio dos interesses da grande massa composta pelos movimentos sociais no campo, forjou uma pretensa Reforma Agrária do tipo capitalista reforçando os protocolos legitimadores da propriedade privada, obviamente o “grande latifúndio”.

Nesse novo contexto histórico brasileiro estavam lançadas as bases da modernização no campo, expressas em políticas de expansão, e ocupação, da fronteira agrícola no Norte e Centro-Oeste do país, incrementando nova configuração capitalista com o surgimento do agro-negócio, a monocultura potencial e a constante centralização fundiária no campo em mãos de empresários nacionais, bem como trans-nacionais. A Colonização da região norte do Estado de Mato Grosso é emblemática no que concerne ao movimento de ocupação das regiões consideradas como fronteiras, no contexto agrário brasileiro, conforme o discurso hegemônico que possibilitou a implementação da ideologia expansionista pelas forças do capital, na figura imponente de diversas empresas, sob a custódia e os olhos vigilantes da administração governamental no período militar.

A idéia dessa região como sertão resultou de condicionantes históricas singulares, carregando consigo o imaginário fértil de terras muito ricas, porém habitada por um povo “pouco obreiro, representação construída ao longo do tempo nas letras e imagens impressas pelos muitos viajantes que por ela passaram” (Joanoni Neto, 2007). Estranhamento considerado incômodo nas formulações deste pesquisador, na medida em que eram confrontadas as riquezas naturais da região e o modo de vida das pessoas que nela habitavam. Segundo Joanoni Neto, em análise das formas de pensamento dos viajantes, “como poderiam os mato-grossenses manter-se em tal grau de isolamento e acometidos de tamanha pobreza”? (2007). Em função das recorrentes imagens construídas nos meandros da memória, Mato Grosso visto como um lugar comum da não-civilização tornara-se “fronteira, ou área que necessitava ser colonizada, modernizada, para garantir integridade territorial e política do país” (Joanoni Neto, 2007). Sem dúvida, essa representação ideológica hegemônica tornou-se realidade, na região norte de Mato Grosso, nas dezenas de projetos de colonização e assentamento de pequenos colonos vindos, principalmente, da região sul do Brasil. Os efeitos dessa ocupação só se concretizaram nos

anos 1970, afirma Joanoni Neto, com a transformação dessa região em “fronteira agrícola”, numa citação à Rosa Luxemburg, e, também em função de fartos incentivos do governo aos empresários,

viabilizados por órgãos como a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e a SUDECO (Superintendência para o Desenvolvimento do Centro Oeste), e programas governamentais como o PIN (Programa de Integração Nacional) e o POLONOROESTE (Programa de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil) que canalizaram para a mesma, incentivos fiscais, linhas de financiamentos, juros subsidiados e prazos generosos (2007).

Além dos incentivos governamentais, a abertura de rodovias exerceu papel preponderante nos processos de ocupação do interior do estado de Mato Grosso, mudando inexoravelmente os destinos de milhares de trabalhadores do campo, pequenos posseiros e agricultores que viviam em função da terra nos moldes da produção familiar, muitas vezes nos limites da própria subsistência. Tal como ocorreu no Oeste dos EUA do século XIX, onde os colonos pioneiros seguiram as ferrovias⁶, no Brasil a partir da segunda metade do século XX, afirma Joanoni Neto, o colono “foi atrás das rodovias e, em ambos os casos, as melhores terras ficaram nas mãos de grandes empresas” (2007). Sob a promessa do desenvolvimento e progresso que seria levado a distantes regiões amazônicas, as rodovias e o projeto de expansão econômica desde a década de 1960 mudaram a paisagem natural e humana dessa extensa região. Nos últimos quarenta anos a população da região amazônica passou de dois para vinte milhões de habitantes, segundo Joanoni Neto. O estado de Mato Grosso que contava com 38 municípios até meados da década de 1970, passou a contar com 142 municípios em pouco mais de vinte e cinco anos.

Não questionamos aqui as noções de progresso e desenvolvimento que foram efetivados no âmbito da expansão econômica das regiões Centro e Norte do país, mas, sim as dramáticas consequências de uma ocupação arbitrária onde os números relativos à condição social e econômica dos antigos habitantes foram desconsiderados, de acordo com o senso comum, no próprio discurso idealizado pelas forças capitalistas que ocuparam

⁶ Para maiores informações sobre a expansão colonial norte americana vide: **O Europeu, o nativo e o americano**, Wegner, Robert. Apud A Conquista do Oeste, 2000. **Frederick Jackson Turner e o Oeste. Idem. O significado da fronteira na História Americana.** KNAUSS, Paulo. Apud Oeste Americano. Ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick J. Turner.

essas regiões. Uma intensa pressão fundiária vem à luz expressa em relatórios como o divulgado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Mato Grosso. De acordo com este relatório, Mato Grosso contava, no ano de 2002, com “348 assentamentos e 32 acampamentos em 106 municípios, totalizando 65.802 famílias com demandas não menos impressionantes: 120 mil hectares de terras a serem demarcadas, 15.538 hectares de terras esperando desapropriação” (Joanoni Neto, 2007). Esse quadro, obviamente, desvela o rompimento de uma economia tradicional que foi desestruturada no âmbito do processo de ocupação de terras na região, provocando, na verdade, se considerada a contraparte do processo, uma profunda desterritorialização de boa parte das famílias que viviam no campo, antes da chegada dos colonizadores.

Entre os fatores que mais influíram no desmantelamento da agricultura familiar no Centro-Oeste brasileiro, e particularmente em Mato Grosso após a década de 1980, destacam-se a monocultura da soja e da cana, ambas baseadas em produção industrial de larga escala, utilizando-se de tecnologias avançadas nos setores da informática e também da mecanização ostensiva em suas rotinas de cultivo. Tanto a produção de soja, como a de cana demanda a utilização de extensas porções de terras levando os administradores do moderno agro-negócio a concentrar grandes propriedades rurais nessas regiões. A soja, produto altamente valorizado no mercado internacional em função da retração de sua produção no mercado norte americano na década de 1960, tornou-se o principal produto de exportação brasileiro. Em parte, a ascensão da produção de soja nesta região verificou-se em função da crescente estruturação da malha rodoviária, atendendo à demanda natural ocorrida após a transferência da capital federal e, também, como já vimos, seguindo os planos de expansão idealizados e implementados no período militar. Esta é uma condição primordial para o escoamento da produção rural rumo aos portos de exportação, mas, no caso da soja outros fatores, segundo texto publicado pela EMBRAPA⁷, não podem ser desprezados: incentivos fiscais; estabelecimento de agroindústrias na região; baixo valor da terra; avanço propiciado pelas técnicas de transgenia; topografia da região favorável à mecanização agrícola; boas condições do solo; alto nível de conhecimento das técnicas agrícolas principalmente por parte dos produtores oriundos do Sul.

⁷ Disponível em:

<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Soja/SojaCentralBrasil2003/importancia.htm>
acesso em 05 de Outubro de 2012.

Impossível desconsiderar, pela gigantesca produção de divisas, a revolução socioeconômica e tecnológica que a soja possibilita à nação brasileira. Ainda de acordo com o texto da EMBRAPA citado acima, o fenômeno da produção em alta escala da soja é comparável com o extenso e áureo período do cultivo e comercialização da “cana de açúcar no Brasil Colônia e do café no Brasil Império, que, em épocas diferentes, comandaram o comércio exterior do País”. Conforme o discurso presente no referido texto, a advento da soja na economia brasileira abriu fronteiras e semeou cidades, implantando uma nova civilização no Centro Oeste, possibilitando o progresso e desenvolvimento para uma “região despovoada e desvalorizada, fazendo brotar cidades no vazio do Cerrado e transformando os pequenos conglomerados urbanos existentes, em metrópoles”. Como se pode perceber, sem o menor esforço, trata-se de uma ideologia poderosa que teve seu início, praticamente, na era Vargas (Marcha para o Oeste) e que foi potencializada com as políticas expansionistas do governo militar no pós-1964, visando legitimar as ações de ocupação de vastas regiões amazônicas, em especial a região Norte de Mato Grosso.

Se por um lado, conforme explicita o professor João Carlos Barrozo, parte dos migrantes que vieram do Sul do Brasil “sofreu um processo de mobilidade social ascendente” (2008), um número expressivo de colonos que foram enviados para as áreas de florestas mais isoladas visando à produção de culturas de subsistência, “empobreceram ou permaneceram na mesma situação econômico-social. Dentre estes, uma parte retornou para o Sul e outros migraram para a periferia de algumas cidades de Mato Grosso” (Barrozo, 2008). Por outro lado, no mesmo estado de Mato Grosso, “há povos indígenas, posseiros e assentados, que ainda trabalham a terra com enxada, foice, facão” (Joanoni Neto e Harres, 2009), e esta é exatamente a parte mais prejudicada no processo de ocupação de terras nas referidas regiões. Segundo conclusões do professor João Carlos Barrozo na obra acima citada, uma indagação desconcertante vem à tona quando consideramos as áreas ocupadas pelas pequenas famílias no campo: “este avanço do agronegócio respeitará as áreas de posse e dos assentamentos onde estão assentadas milhares de famílias de agricultores familiares?” (2009).

O grande problema da pressão social nos meios urbanos, como apontamos na introdução deste artigo, toma corpo em função da desterritorialização do pequeno

agricultor familiar, pois não havendo trabalho no campo, “restam apenas trabalhos eventuais, principalmente no período da safra, e serviços braçais na cidade” (Barrozo, IN: Joanoni Neto e Harres, 2009). Sem condições de reprodução orgânica em suas regiões de origem, as famílias de pequenos agricultores são obrigadas a migrarem para os centros urbanos. Tais cidades, conforme aponta a sensibilidade de Joanoni Neto, numa citação à Regina Beatriz Guimarães Neto, se organizam de forma a excluir as populações pobres, “reproduzindo modelos urbanos carcomidos, revelando desde já os problemas da sociedade capitalista globalizada” (2007).

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

Barrozo, João Carlos (Org.). **Mato Grosso: Do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: EdUFMT/ Carlini & Caniato Editorial, 2008.

Cunha, Paulo Ribeiro da. **Aconteceu longe demais: A luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas e a política revolucionária do P C do B no período 1950 – 1964**, PUC/SP, 1994

Harres, Marluza Marques e Joanoni Neto, Vitale. (Organizadores). **História, terra e trabalho em Mato Grosso: ensaios teóricos e resultados de pesquisas**. – São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: EdUFMT, 2009.

Joanoni Neto, Vitale. **Fronteiras da Crença: Ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970**. – Cuiabá: Carlini & Caniato; EdUFMT – Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MORENO, Gislaene. **Terra e poder em Mato Grosso. Política e mecanismos de burla. 1892-1992**. Cuiabá: Entrelinhas, 2007.

Silva, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850** / Lígia Osório Silva. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.